
MEMORANDO

PARA: Comitê Escolar

DE: Brian Marques, Diretor Sênior da Opportunity Youth

CC: Superintendente Brenda Cassellius
Chefe de Gabinete Mary Dillman
Conselheira Sênior Megan Costello

DATA: segunda-feira, 29 de março de 2021

RE: **Revisão da Política e Procedimentos de Presença para o ano letivo de 2021-22**

A Política de Frequência do distrito é fundamental para garantir a equidade em como apoiamos, motivamos e engajamos nossos alunos mais vulneráveis para que participem e desfrutem plenamente da sua educação. Nossos alunos mais marginalizados têm taxas mais altas de absenteísmo crônico do que seus colegas, incluindo alunos negros e latinos, aprendizes de inglês, alunos com deficiência e alunos de baixa renda ou sem teto. No atual ano letivo, os alunos negros e latinos têm uma taxa de absenteísmo crônico 6% maior do que a média distrital. Aprendizes de inglês e alunos com um IEP também apresentam uma elevação de 3% e 11%, respectivamente.

Histórico

Historicamente, a Massachusetts General Law (MGL) e a política distrital da BPS basearam-se na ameaça de punição para dissuadir a baixa frequência. A pesquisa contemporânea demonstra que a punição não é uma resposta eficaz à baixa frequência ([Ausência crônica: Mitos intrincados](#)). A pesquisa por líder de pensamento nacional, [AttendanceWorks](#), mostra que a redução do absenteísmo crônico requer solução de problemas e apoio, não culpa e punição. No entanto, os elementos de punição permanecem incorporados na política do distrito. Por exemplo, uma política de longa data permite que as escolas emitam notas de “Sem crédito” para alunos que faltem quatro ou mais vezes em um período de avaliação, independentemente de o aluno ter concluído os requisitos de competência necessários para ser aprovado.

Além disso, a política de frequência da BPS manteve uma linguagem que criminaliza os alunos. O mais impressionante é o uso do termo “infrator” em alguns casos. O estado de Massachusetts tomou medidas para descriminalizar a lei estadual de absentismo escolar. Em 7 de agosto de 2012, o governador Patrick assinou o projeto de reforma do CHINS (S.2410, Lei sobre Crianças e Famílias Envolvidas em Serviços), dando a milhares de jovens em situação de risco e suas famílias acesso direto a ajuda e serviços em suas comunidades. CHINS significa *Crianças que precisam de serviços*, na sigla em inglês, e refere-se ao sistema por meio do qual pais, escolas e a polícia buscavam ajuda quando uma criança apresentava comportamento de alto risco e potencialmente perigoso. A ideia era que, ao preencher uma petição de CHINS, ou “CHINS”,

uma criança teria acesso a ajuda e serviços que pudessem melhorar o comportamento, apoiar a criança e ajudá-la a evitar futuros incidentes com o sistema de justiça criminal. No entanto, na maioria dos casos, não foi assim que o processo se desenrolou.

“Crianças CHINS! refere-se a jovens que, na maioria dos casos, lidam com desafios sérios, incluindo uso de substâncias, problemas de saúde mental não diagnosticados, violência doméstica e abuso sexual. Eles precisavam de serviços e apoio, mas, sob o processo CHINS, o sistema de justiça juvenil era sua única opção para obter suporte. A criança e a família foram aos tribunais em busca de ajuda para permanecer como família e, com frequência alarmante, foram dilaceradas. Isso teve um impacto emocional negativo significativo em suas vidas. A Lei de Reforma transformou o sistema baseado em tribunais de menores em um sistema baseado na comunidade e focado na família e na criança, e adotou a terminologia Assistência Necessária à Criança (CRA, na sigla em inglês) em substituição a “CHINS”.

Apesar disso, um resquício foi o uso do termo “infrator habitual da escola (HSO)”, um tipo específico de CRA, pelo Tribunal de Menores do Condado de Suffolk (SCJC). Como resultado, o termo *ofensor* continuou a aparecer na política de frequência da BPS em relação aos alunos da BPS. Apesar da mensagem que envia aos alunos e famílias sobre como eles são considerados pelo distrito, esta terminologia continua um padrão social de criminalização de jovens negros e latinos, que estão cronicamente ausentes com taxas desproporcionalmente mais altas na BPS. Curiosamente, através do processo de escrutínio da política de frequência do distrito com uma lente sobre a equidade racial, o Escritório de Assessoria Jurídica da BPS foi consultado sobre as opções para remover o termo “infrator” da política. Foi determinado que o termo “infrator escolar habitual” não aparece em nenhum lugar dos estatutos estaduais (MGL), portanto, apesar do uso continuado do termo pelo SCJC, nada impedia o distrito de eliminá-lo totalmente de sua política de frequência.

Outros distritos escolares urbanos, como o Oakland Unified School District (OUSD), descobriram que a falta de envolvimento com as famílias e os alunos é agravada pelo fato de que sua política de frequência era principalmente reativa e punitiva, ocorrendo quando os alunos geralmente já estão vivendo uma ausência significativa e desligamento relacionado da escola. A evasão é o ponto de intervenção na maioria dos distritos, mas é tipicamente uma intervenção no nível distrital que segue um processo legal prescrito e atrai as famílias a um ponto de crise. O relatório [“A Closer Look at Attendance of African American Males in OUSD”](#) apontou a necessidade de maior atenção à prevenção e intervenção significativas o mais cedo possível após os problemas de atendimento serem notados, e para um rastreamento mais detalhado e “em tempo real” de atendimento e ausência. A pesquisa mostra que, quando as escolas desenvolvem programas de parceria escolar, familiar e comunitária, elas têm níveis mais altos de envolvimento dos pais e as taxas de absenteísmo crônico são reduzidas.

Compromisso da parte interessada

Além das considerações políticas, as conversas com nossos alunos revelaram o elemento punitivo generalizado presente em nossas escolas, especialmente para alunos mais velhos. No início de 2019, a equipe do escritório central se reuniu com mais de 30 alunos do ensino médio da BPS no Youth Attendance Forum para obter suas perspectivas e capacitá-los a contribuir com a visão das práticas de presença do distrito. O fórum revelou um sentimento consistente entre os alunos que falaram sobre experiências punitivas na escola. Segundo relato de um aluno, “eles nos tratam como se estivéssemos em uma prisão”, enquanto outro compartilhou que “eles nos punem com detenções e suspensões”.

Outra área de preocupação entre alunos, pais e educadores é a política do distrito de converter

atrasos em faltas. Embora não se reflita em nenhum estatuto de evasão da MGL, esta tem sido uma política de longa data na BPS. Quando combinado com a “política sem crédito”, o resultado é que os alunos podem ser reprovados em um curso com base nos atrasos que foram convertidos em faltas. Essa política não apenas não está refletida em nenhuma parte da MGL, como também é contrária às diretrizes de relatório de frequência do DESE, nas quais os alunos que frequentam 50% ou mais do dia letivo são marcados como presentes. Mais uma vez, o feedback da comunidade revelou desigualdades generalizadas na aplicação desta disposição de política e impactou desproporcionalmente estudantes negros e latinos.

Análise de dados

Um recente [análise](#) da “Política de não crédito” revelou desigualdades generalizadas na aplicação desta política. Embora tenha sido estabelecido que a porcentagem de nenhuma nota de crédito concedida a alunos em grupos vulneráveis, incluindo alunos que viviam sob condições sem teto, alunos com deficiência e aprendizes de inglês, não diferia significativamente de sua representação proporcional, foi revelado que a probabilidade de alunos receberem uma nota sem crédito no primeiro bimestre do ano letivo de 2020-21 foi, aproximadamente, 24% maior. Mais preocupante, no entanto, foi a extensão em que a política não foi aplicada uniformemente nas escolas. Apenas cerca de metade das escolas de segundo grau da BPS seguiam a prática de não conceder notas de crédito para os alunos, e o número de alunos por escola variava de 1 a 284.

Impacto da política

Esta proposta abolirá as provisões da política de presença que perpetuaram as desigualdades raciais e outras, ao mesmo tempo em que usará uma lente mais afirmativa cultural e linguisticamente para as atividades de prevenção e intervenção do absenteísmo. O Comitê Consultivo de Presença do distrito liderou o processo de revisão de dois anos, incorporando um amplo envolvimento das partes interessadas e análise de dados. A política de frequência revisada se alinhará melhor com as práticas antirracistas e cultural e linguisticamente sustentáveis que a BPS se esforça para defender. Muitos dos elementos punitivos da política anterior afetaram desproporcionalmente os alunos negros e latinos, bem como os aprendizes de inglês e os alunos da educação especial.